

A PRODUÇÃO DE ALGODÃO COLORIDO E DERIVADOS EM ARRANJOS SÓCIO-ESPACIAIS PRETÉRITOS

Paulo Sérgio Cunha FARIAS¹

Alcindo José de SÁ²

RESUMO

A coleta, o cultivo e a produção de têxteis do algodão colorido não são fatos recentes na história do uso do território por vários grupos humanos de vários lugares e regiões, espalhados em praticamente todos os continentes. Este trabalho focaliza o cultivo e a produção de têxteis desse tipo de algodão em alguns arranjos territoriais da América pré-colombiana. Dessa forma, os esforços de algumas formas de organização social, presentes nesse continente, antes da chegada do europeu, para impor regras e leis à natureza são examinados neste artigo, notadamente, os relacionados à domesticação, ao cultivo, à coleta e à produção de têxteis das variedades coloridas de algodão.

Palavras-chaves: América pré-colombiana, configurações territoriais, cultivo, produção de têxteis, algodão colorido.

RESUME

La culture, la récolte et la production des textiles du coton coloré ne sont pas des faits très récents dans l'histoire de l'usage du territoire par des groupes humains de plusieurs endroits et régions répandus par les continents. Ce travail met au point la culture et la production de textiles de ce type de coton dans quelques organisations de l'Amérique Pré-Colombienne. Ainsi, les efforts de quelques formes d'organisation sociale, présentes dans ce continent, avant l'arrivée de l'europpéen, pour imposer des règles et des lois à la nature, ce sont examinés dans cet article, notamment, ceux qui sont rapportés à l'appropriation, à la culture, à la récolte et à la production de textiles des variétés colorées de coton.

Mots-clés: Amérique Pré-Colombienne, des configurations de territoires, culture, production de textiles, coton coloré.

1. A COLETA, O CULTIVO E A PRODUÇÃO DE TÊXTEIS DO ALGODÃO COLORIDO EM ALGUNS ARRANJOS TERRITORIAIS PRODUTIVOS DA AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA

A domesticação, a coleta, o cultivo e a produção de têxteis do algodão colorido não são eventos recentes na história econômica de vários lugares e regiões do mundo. Há milhares de anos, diversos povos, espalhados em praticamente todos os continentes, em seus esforços para impor leis e regras à natureza, já utilizavam pedaços dos seus territórios

¹ Doutorando do PPGE/UFPE. E-mail: pscfarias@bol.com.br.

² Professor Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE. E-mail: alcindo-sa@uol.com.br.

para o exercício dessas funções. Esse fato é constatado por diversos estudiosos filiados aos mais diferentes campos do conhecimento científico.

De acordo com Carvalho (s/d), o algodão colorido já era cultivado e utilizado como fibra têxtil há milhares de anos, como mostram os restos de tecidos de 2.500 anos A.C, encontrados em escavações no norte do Peru, os quais comprovam que o algodão cultivado naquela época era de várias cores: azul, rosa, verde, marrom etc. Esse marco temporal também é defendido por Enríquez (2005), que assevera haver evidências de que o algodão colorido da costa norte peruana tem mais de 2.500 anos A.C de existência, daí, segundo ele, sua classificação como cultivo ‘milenar’.

Outros estudiosos defendem que a existência, a produção e a utilização do algodão colorido como fibra têxtil datam de um período de tempo bem mais recuado e cobriam uma escala geográfica bem mais ampla. Vreeland Júnior (s/d), em suas análises, afirma que, “segundo explorações científicas dos ricos estratos arqueológicos conservados pela baixa umidade da costa norte do Peru, o algodão com fibras naturalmente coloridas data de pelo menos 4.500, constituindo-se no cultivo industrial mais antigo da área andina”. Beltrão (2004) é partidário da mesma teoria, pois em seus estudos salienta que “[o] algodão colorido já era usado pelos Incas, por exemplo, há pelo menos 4.500 anos, além de [por] outros povos das Américas, África e Austrália”. Para Beltrão e Carvalho (2004), “o algodão de fibra colorida foi desenvolvido pelos povos antigos tais como os Astecas e os Incas há mais de 4.500 e por outros povos da Ásia e África, quando observaram a variabilidade existente na natureza e realizaram o melhoramento genético, chegando a usar as fibras de cor, em especial a marrom, a mais comum delas, presentes em diversas espécies de algodão”.

Recuar a um passado tão distante para contar a história dos usos de territórios para cultivo e a produção de têxteis do algodão colorido, em vários lugares e regiões do mundo, é uma missão geográfica praticamente impossível. Frisa-nos Santos (1998) que “as modernizações formam e desmancham períodos”. Portanto, essa dialética ao longo de tão largo espaço de tempo apagou muito dos vestígios socioespaciais deixados pelo exercício dessas funções em muito desses lugares e regiões. Mas, a nossa busca em “surpreender a realidade no seu surgimento originário” (JASPES *apud* SILVEIRA, 1999), ou seja, a origem dos atuais cultivo, processamento têxtil e produção de confecções do algodão colorido, obriga-nos “(...) a pintar o retrato da totalidade imediatamente anterior, pois o processo histórico não se detém” (SILVEIRA, *op. cit.*). Para isso, torna-se necessário estabelecer as escalas temporal e espacial de incidência passada do fenômeno, para aclarar

o porquê da sua manifestação no presente. Nossas escolhas são frações do continente americano e o período imediatamente anterior e o posterior às suas inserções nas economias-mundo.

Essa escolha não foi aleatória. Tem sido nessas porções desse continente que grupos sociais preexistentes, em suas formas particulares de organização social, econômica e espacial, vêm, ao longo de muitos anos, continuamente, cultivando e produzindo têxteis do algodão colorido. Ademais, é nesse continente que, parafraseando Santos (1997b), o velho (a produção do algodão colorido) tem sido renovado e chamado a colaborar com a expansão do novo, com a lógica da acumulação flexível do capitalismo.

Quando Cristóvão Colombo aportou na América em fins do século XV e, posteriormente, o continente foi ocupado pelos europeus, no século XVI, o algodão colorido, há milhares de anos, já tinha sido domesticado e era coletado ou cultivado para a produção artesanal de têxteis e confecções por heterogêneos modelos de sociedade, cujos assentamentos se fixavam nas mais diversas condições ecológicas.

Em sua passagem, em outubro de 1492, pela ilha caribenha Fernandina, atualmente Long Island, Colombo entrou em contato com uma gente que, segundo relatou em seus diários da descoberta da América, era “semelhante às das referidas ilhas [de San Salvador e Santa Maria], tanto na língua como nos costumes, só que os daqui me parecem um pouco mais domésticos, de trato, e mais perspicazes, pois vejo que trouxeram algodão aqui para a nau”. Continuando o seu relato afirma: “(...) ainda nesta ilha vi panos de algodão feito mantilhas e pessoas mais gentis, e as mulheres trazem na frente do corpo um pedacinho de tecido de algodão que mal lhes cobre as partes pudendas” (COLOMBO, 1998). Em conformidade com Dockery (*apud* SOUZA, 2000), o referido conquistador, em sua chegada ao Caribe, foi recebido por índios usando roupas de algodão naturalmente colorido, que era, sem dúvida, cultivado de modo orgânico. Isso evidencia que esses índios utilizavam trechos da floresta tropical do Caribe para o cultivo do algodão colorido, que era usado para a produção de têxteis.

Samuel Cano Enríquez relata em suas análises o espanto e a surpresa dos colonizadores espanhóis quando se depararam com as plantações de algodão colorido dos Incas, descrevendo-os da seguinte maneira:

Em sus travesias de conquista, los españoles cruzaram por los valles costeros del norte peruano, sorprendeéndose al encontrar em los desiertos, extensos cultivos de algodón nativo, pero mayor fue su sorpresa al observar que este algodón nada tenía que ver com el tipo de

algodón conocido por ellos, ya que del algodón nativo brotaban ramos de algodón de colores (branco, pardo, rojo y morado), eram unas colores tan encendidas, que al principio pensaram que el algodón estaba sucio y manchado, y algunos hasta llegaron a pensar que lo teñiam los nativos aun em la mata (ENRÍQUEZ, *op. cit.*).

Da mesma forma, os estudos do antropólogo norte-americano Vreeland Júnior revelam que:

Cuando las hostes españolas atravessaram por primeira vez los valles del desierto costeño, em los albores del año 1531, descubrieron, con sorpresa, extensos sembríos de algodón nativo que crecían en profusión de ricos colores naturales, incluyendo (entre otros tonos), el blanco, pardo, marrón y lila. Como nunca habian visto algo semejante em Europa o en el norte de África, los españoles pensaban que habian sido teñidos previamente y puestos a secar por los índios em los arbustos algodoneros (VREELAND JÚNIOR, *s/d*).

Assim, fica evidente que os Incas, em pleno deserto dos Andes Centrais, cultivavam o algodão colorido para atender as mais diversas necessidades de fibras vegetais.

O cultivo, a coleta e o processamento têxtil do algodão colorido eram praticados, também, pelos Astecas, Maias e, possivelmente, por tribos indígenas tupis que habitavam grandes extensões do atual território brasileiro, entre outros povos.

Os Maias, que cultivavam o algodão colorido, entre outras porções do seu território, nas terras altas da atual Guatemala, acreditavam que “o deus Quetzalcoalt, entre todos os ensinamentos e leis que deixou antes de partir, orientou-lhes a produzir espigas de milho que alcançavam o porte de um homem e o algodão que já se colhia colorido” (VON DÄNIKEN, 1968).

O cultivo de variedades coloridas de algodão, nesses pedaços de territórios quase autocontidos, usados por essas diversas formas de organização social, atendia às demandas da produção artesanal de fios, tecidos, vestimentas, redes, à farmacologia, à culinária e aos ritos espirituais em algumas delas, a exemplo dos Incas, entre outras.

Desse modo, no momento da ocupação da América pelos europeus, o algodão colorido estava entre as variedades vegetais cultivadas por sociedades que ocupavam os interstícios dos mais variados quadros naturais (desertos, serras, florestas etc.), nos quais elas buscavam “impor leis à natureza, mas ainda sem utilizar máquinas” (SILVEIRA, *op.cit.*). Nessa época, “as ações humanas já incorporavam conteúdos sociais aos meios

naturais”(ibidem). “(...) Mas a transformação do meio natural era heterogênea, pois eram diversos os graus de desenvolvimento técnico e cultural dos diversos grupos” (ibidem).

Os Incas e Astecas já haviam desenvolvido várias técnicas que lhes possibilitaram praticar uma agricultura intensiva e excedente de regadio, como sistemas de cultivo em terraços, redes de irrigação integradas por aquedutos e barragens, e a adubagem do solo com o guano³(no caso dos Incas), que lhes asseguravam o controle sobre os dois fatores essenciais da produtividade agrícola: a água e o solo. Entre os Maias, a instrumentalização do território com esses artefatos foi parcial e restrita a algumas áreas, pois “[não] desenvolve[ram] uma agricultura de regadio comparável à dos demais, em parte pelas peculiaridades ecológicas das zonas tropicais onde essa civilização floresceu” (RIBEIRO, 1998). Seu sistema agrícola predominante era o de “coivara,” embora “nas zonas secas fossem usados depósitos naturais (cenotes) e artificiais de água [para irrigar as plantações]” e em “ certas regiões - como as terras altas da Guatemala – haja-se desenvolvido uma agricultura mais eficiente, com terraços de cultura e irrigação” (CARDOSO, 1982). Assim, entre essas organizações sociais, a humanização da natureza já tinha alcançado o estágio de incorporação de sistemas de engenharia⁴ ou de fixos sociais às suas configurações territoriais⁵. Estas já resultavam da divisão social e territorial do trabalho entre o campo e a cidade, considerada, por Marx e Engels (1999), como a primeira grande divisão do trabalho da história.

Afora os sistemas técnicos montados para o controle das águas e das soluções criadas para o cultivo em terras altas, a tecnologia agrária [os instrumentos de trabalho] dos Incas, Astecas e Maias era primitiva, sendo composta, predominantemente, por “instrumentos de pedra e madeira, pois nessas civilizações a metalurgia teve pouca aplicação prática (CARDOSO, *op.cit.*). Entre aos Incas, por exemplo,

[a] preparação da terra se fazia com um bastão de semear reforçado, com apoio para o pé (*taclla*), às vezes denominado ‘arado de

³ Guano – acumulação de fosfato de cálcio resultante de excrementos de aves marinhas. Muito abundante no litoral peruano e chileno.

⁴ “O conjunto de fixos, naturais e sociais forma sistemas de engenharia seja qual for o tipo de sociedade. Mesmo as chamadas civilizações primitivas dispunham de sistemas de engenharia e, às vezes, até mais elaborados que os atuais, porque demandando engenho e arte, a empreender com poucos meios. (...). [Um sistema de engenharia] se define como um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho. (...)”. Ver SANTOS (1997a) *Metamorfoses do espaço habitado*. 4 ed. São Paulo: Hucitec.

⁵ A configuração territorial dos Incas tinha três mil quilômetros de extensão, ia do norte do Chile ao sul da Colômbia, cobrindo os territórios atuais da Bolívia, Peru e Equador. A dos Astecas se estendia pelo centro e o sul do atual território mexicano. A dos Maias ocupou terras do México (península de Yucatán e atual Estado de Chiapas), da Guatemala, de Belize, Honduras e El Salvador.

pé', já que permitia não apenas perfurar como também revolver o solo, depois que os homens, 'aravam' a terra com tal instrumento, as mulheres quebravam os torrões com uma enxada (lampa) (...) (*op. cit.*, p. 99).

Não dispunham de animais de tração e, talvez, por isso não tiveram acesso a outras inovações agrícolas fundamentais como o uso do arado e de veículos de roda. As colheitas eram realizadas com o uso das mãos. A distribuição das colheitas, a coleta dos tributos, o controle e a fiscalização dos territórios eram realizados através da utilização do próprio corpo⁶, da lhama⁷ (no caso dos Incas), único animal usado para o transporte de carga domesticado na América pré-colombiana, ou de canoas, onde a navegação era possível.

Assim, por não disporem de fonte de energia muscular de origem animal (exceto a lhama⁸, entre os Incas), esses povos não conheceram a roda, portanto não puderam contar com a força de tração de arados e carros que multiplicassem a capacidade produtiva e a mobilidade espacial. Logo, a força de energia predominante com a qual realizavam o trabalho, produziam o espaço e faziam o resultado do trabalho circular era a força muscular humana. Destarte, era o uso maior do trabalho e não de capital⁹ que lhes possibilitava preparar os terraços, os sistemas de irrigação, semear, tratar os cultivos, escoar a produção agrícola para os armazéns localizados ao longo dos caminhos e distribuí-la à população.

Apesar dessas "altas" culturas pré-colombianas apresentarem sérias deficiências em relação aos instrumentos agrícolas de trabalho: ausência do arado, de veículos de roda, de um uso amplo de metais para fins produtivos, do escasso emprego de adubos pela falta da associação agricultura/pecuária, exceto entre os Incas, que usavam o guano para esse fim (CARDOSO, *op.cit.*), conseguiram desenvolver uma agricultura de alta produtividade nas áreas cultivadas, com o aumento correspondente dos excedentes alimentares, que

⁶ Entre os Astecas, as pessoas degradadas por crime de traição, homicídio, furto, ou comprometidas por dívidas pessoais ou familiares de bens ou de tributos, que por isso caíam na condição de servos postos a serviço de outros, por toda a vida, exerciam, entre outros serviços forçados, o de carregadores para os grandes mercados. Ver RIBEIRO (*op. cit.*) As Américas..., p. 108.

⁷ O transporte terrestre de carga na porção da América pré-colombiana em análise era feito em recipientes presos por correias às costas dos ameríndios e sobre o dorso ou por arrastamento utilizando a lhama. Ver DERRUAU (1973) Geografia Humana II. Tradução de Arlindo Mota. Lisboa: Editora Presença, p. 113-114.

⁸ "A lhama, principal animal de carga dos pré-colombianos, está longe de ter o valor do cavalo e do macho, que o fizeram desaparecer das regiões menos elevadas dos Andes, para a acantonar acima dos 4000 metros. Só pode transportar 30 a 40 Kg de carga". Ver DERRUAU (*op. cit.*). Geografia... p. 117.

⁹ "(...). Os sistemas de engenharia evoluem com a história. De modo geral, podemos dizer que passamos primeiro de um uso maior do trabalho a um uso maior do capital, sempre. Por exemplo, no caso do arroz de bolanha da Guiné, é através do trabalho que são feitos os diques, os canais de irrigação ou de drenagem enquanto que, nos países mais ricos, os sistemas modernos de irrigação e de drenagem, que são mais capital, por isso mesmo espancam trabalho. (...)". Ver SANTOS (1997a) Metamorfoses do espaço habitado. 5 ed. São Paulo. p. 79-80.

“ensejaram novos ascensos demográficos e permitiram a manutenção de grandes massas desobrigadas das atividades de subsistência, aliciáveis para outras tarefas” (RIBEIRO, 1998). Esses são fatores indubitáveis para o incremento da urbanização, para a formação das cidades e das redes que as articulavam, e para a instauração da separação entre as atividades rurais e urbanas. Nessas condições, como essas sociedades conseguiram, em seus arranjos territoriais, a produção de excedentes agrícolas?

De acordo com Santos (1999), “(...) uma técnica nunca aparece só e jamais funciona isoladamente”. Nesse sentido, ‘não é possível entender plenamente uma técnica fora do todo a que pertence’(ELLUL *apud* SANTOS, *op. cit.*). “As técnicas constitutivas do sistema são integradas funcionalmente (...). A vida das técnicas é sistêmica e sua evolução também o é (...)” (*op. cit.*, p 140). Para Perrin (*apud* SILVEIRA, *op. cit.*, p. 25), ‘[as] técnicas formam sistema porque todo artefato é o resultado de um processo de concepção, funcionando a partir de modelos e, notadamente, de modelos organizacionais’. Em outras palavras, em torno dos instrumentos de trabalho se organiza cada tecnologia específica e uma forma específica de organização do trabalho. Daí, não é possível entender os instrumentos de trabalho agrícola e os meios utilizados para a circulação da produção dos Incas, Astecas e Maias fora do contexto geral dos seus sistemas técnicos de produção, o que implica dizer que era da combinação entre os sistemas de engenharia usados para a irrigação, as soluções para o cultivo em terras altas, as ferramentas movidas pela força humana e as formas específicas de organização do trabalho que se extraía excedentes da agricultura.

Nessa combinação, Castillo (*apud* CARDOSO, *op. cit.*, p. 106) afirma que o aperfeiçoamento da organização da divisão social e técnica do trabalho e das formas de controle e cooperação da mão-de-obra, principalmente da camponesa e da artesã, compensou o relativo primitivismo dos seus instrumentos de produção agrícola. Portanto, para esse autor, era por meio dessa equação que os Incas, Astecas e Maias produziam os excedentes agrícolas necessários à reprodução das suas formas de organização social. Em outras palavras, o atraso das tecnologias agrícolas (as ferramentas de trabalho, os meios de circulação da produção etc.) era compensado pelo desenvolvimento, por parte dos poderosos e centralizados Estados teocráticos, de complexos sistemas administrativos, que eram organizadores da divisão técnica e social do trabalho e controladores da mão-de-obra, dos sistemas de irrigação, das terras cultiváveis, do excedente da produção camponesa e artesã e da sua distribuição à massa desobrigada das atividades de subsistência e ocupada

nas funções urbanas (nobreza, sacerdotes, burocratas e funcionários estatais, chefes militares, arquitetos, engenheiros, etc.).

Segundo Santos (1997a), “dentro da natureza modificada pelo homem os níveis de organização são tão diferentes quanto são os níveis de humanização da natureza (...)”. Daí, a necessidade, em qualquer estudo geográfico, de se abordar a configuração territorial “no seu matrimônio ou encontro com a sociedade, que resulta no espaço, este, sim, a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial”.

Nesse caso, “o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza [a configuração territorial]. O espaço é tudo isso, mais a sociedade” (SANTOS, 1997b). A configuração territorial não pode ser entendida sem a sociedade que dá vida ou humaniza os objetos contidos no seu interior (SANTOS, 1997a, p. 78, 1997b, p. 2). Os fixos [naturais e artificiais] e os fluxos {de curta, média ou longa extensão} interagem e se alteram mutuamente (SANTOS, 1997b, p. 78). Os objetos [naturais e artificiais] e as ações [as relações sociais] formam um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1998, p. 90, 1999, p. 51). Dessa forma, as configurações territoriais dos Astecas, Incas e Maias não podem ser compreendidas sem os conteúdos sociais que lhes preenchem.

Essas configurações territoriais eram animadas por atores e funções nascidos da divisão territorial do trabalho entre o campo e a cidade e da “divisão entre o trabalho material e espiritual” (MARX e ENGELS, 1999), portanto, próprios da vida social de “economias agroartesanais geridas por cidades” (RIBEIRO, 1998 e 2007), notadamente nos casos dos Astecas e Incas. A estratificação social era definida pelo papel e lugar que cada ator ocupava nos aparelhos produtivo, gestor, ideológico, repressor, defensor etc., estruturando-se, grosso modo, da seguinte forma: no cume estava o imperador e a nobreza dirigente; nos estratos intermediários se situavam os sacerdotes, burocratas, chefes militares, artistas, arquitetos, artesãos, funcionários menores etc.; na base, a camada formada por camponeses e artesãos, “responsável pelo cultivo das terras, pela produção dos instrumentos de trabalho, pela reprodução das suas condições de vida na conformidade dos padrões tradicionais de subsistência e de proverem o excedente de bens transferível às outras camadas” (RIBEIRO, 1998). Essas estruturas sociais se organizavam em Estados teocráticos, “grandes centralizadores e poderosos integradores de todas as forças de compulsão social”, bem como “proprietários das terras cultiváveis, monopolizadores das

atividades produtivas e comerciais e organizadores de complexos sistemas administrativos de controle da força de trabalho” (RIBEIRO, *op. Cit.*).

No interior desses arranjos socioespaciais, onde se localizavam os cultivos e as produções artesanais de têxteis e confecções do algodão colorido?

No território incaico, o algodão colorido era cultivado nos *ayllus*¹⁰, que se fixavam nas áreas que correspondem aos atuais norte e noroeste do Peru e ao sul do Equador. Segundo Vreeland Júnior (*op.cit.*, p. 309-310), essas áreas se constituem em zonas ecológicas que estão entre as mais áridas do mundo, caracterizadas, segundo o mapa ecológico do Peru, como deserto dissecado-premontano tropical e deserto superárido premontano tropical, que apresentam temperaturas anuais relativamente altas (19,5 – 24⁰ C) e médias de precipitação anual muito baixas (2,2 – 59,6 mm) O cenário edáfico está representado por solos de textura variável, com concentrações salinas, cálcicas ou gípsicas (*yeso*), com pouco material orgânico. O relevo varia desde o plano ao ondulado e apresenta, no geral, escassa e rala vegetação, representada por arbustos xerófilos, como o algaroba, o zapote, o faique e o bicaio; plantas halófitas, como a leiria, a flor de arena e a cana brava; e, em alguns poucos setores, o algodão silvestre. O referido autor (*op. cit.*) ainda salienta que, provavelmente, as variedades coloridas de algodão cultivadas pelos Incas eram nativas desse ambiente, portanto, adaptadas ao ritmo dessas forças naturais. Contudo, é provável que as obras hidráulicas de regadio tenham sido utilizadas para intensificar a sua produção.

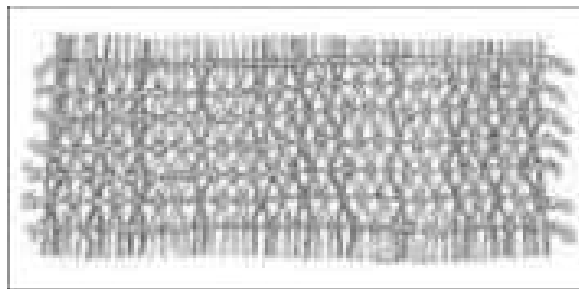
Quanto à produção do algodão colorido dos Astecas, a literatura consultada não faz nenhuma menção à sua localização geográfica, embora deixe claro que suas comunidades rurais indígenas “cultivavam e ainda cultivam atualmente uma variedade marrom conhecida como coyote ou coyuche”. No que se refere aos Maias, as evidências atuais apontam que a sua produção de algodão colorido se fixava “nas serras e montanhas da Guatemala, onde comunidades rurais indígenas produziam e produzem atualmente um tipo de algodão marrom denominado Ixcoco” (BIO-PIRATERIA, 1993).

À semelhança da produção de outras fibras, como a lã da lhama entre os Incas, por exemplo, as fibras naturalmente coloridas de algodão alimentavam uma intensa indústria artesanal de bordados, tapetes, brocados, malhas, tecidos (Figura 1), além de mantos, ponchos e turbantes que envolviam as múmias, praticada por artesãos tanto no campo

¹⁰ Unidade administrativa elementar formada por um grupo de pessoas unidas por parentesco. No *ayllu*, a terra não pertencia ao grupo familiar, mas estava dividida em três partes: uma pertencia ao imperador, outra aos deuses e a terceira ao grupo. O imposto pago em espécie ou em trabalho extraído do *ayllu* mantinha as populações não-camponesas.

quanto nas cidades. A literatura pesquisada pouco esclarece sobre as técnicas de fiação e tecelagem das artesãs incas, astecas e maias. No que diz respeito aos Incas, Von Däniken (*op. cit.*, p. 144) chega a sugerir que há 3.000 anos A.C, essa civilização cultivava algodão, embora não conheceram, nem possuíram teares. Para Vreeland Júnior (*op. cit.*), esse é o marco cronológico da introdução de teares nos Andes. Seja como for, a produção de têxteis dos Incas era intermediada pelo corpo ou por instrumentos que se constituíam como suas meras extensões (Figura 2). No entanto, sabe-se que na confecção de tecidos, os Incas atingiram um nível de qualidade superior ao dos Astecas.

Dessa forma, o algodão colorido compunha o elenco das variedades vegetais cultivadas por sociedades pré-colombianas cujos níveis de humanização da natureza já tinham alcançado a fase de implantação de próteses aos lugares, que refletiam e condicionavam a divisão social e territorial do trabalho no interior dos seus territórios, a exemplo das estradas ou caminhos que os articulavam e integravam, dos sistemas de abastecimento d'água das suas cidades, dos sistemas de irrigação e de terraços que intermediavam as suas produções agrícolas, das suas cidades e das redes que as articulavam etc. Entretanto, a imposição dessas próteses, caracterizada por essa presença técnica nos territórios, não implicava a constituição de “um meio técnico puro”¹¹, do qual [estivesse] excluída qualquer ação dos elementos naturais” (FRIEDMAN *apud* SANTOS, 1999, nota 4, p. 188).



¹¹ Estamos reservando essa denominação para o período que vê a emergência do espaço mecanizado. Nele, os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais, como os impostos aos seus meios pelos astecas, incas e maias, eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo. No meio técnico, os objetos técnicos são maquínicos, são instrumentos que já não são prolongamento do corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiros próteses. A razão do comércio, e não a razão da natureza, é que preside a sua instalação. Em outras palavras, sua presença torna-se crescentemente indiferente às condições preexistentes. Portanto, o período técnico vê se instalar a mecanização da produção e do território. Ver SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 188-190.

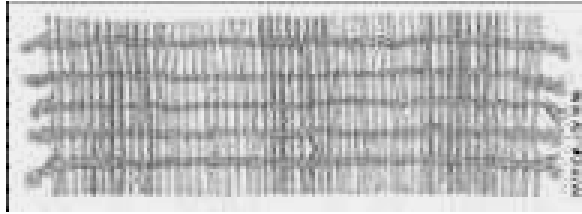


Figura 1. Tecido de algodão colorido produzido artesanalmente pelos índios peruanos. Fonte: Vreeland Júnior (1999).

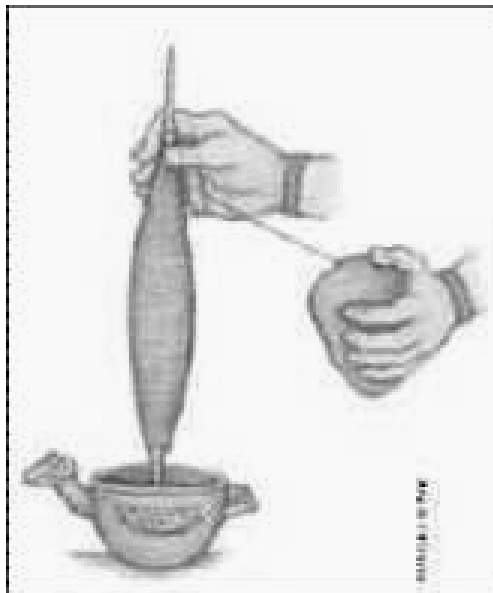


Figura 2. Método original usado pelos índios peruanos para preparar o fio do algodão colorido. Fonte: Vreeland Júnior (1999).

Pelo contrário, amparando-nos em Santos (*op. cit.*, p. 188), podemos afirmar que as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas dos pedaços de natureza, com os quais essas sociedades se relacionavam quase sem intermediação. Seus sistemas técnicos não tinham existência autônoma. Sua simbiose com a natureza resultante era total, pois nasceram das experiências adquiridas no âmbito ambiental local, respondiam aos desafios impostos por ele e não funcionavam independentes dele. Podemos dizer, talvez, que o possibilismo da criação mergulhava no determinismo do funcionamento. Nesses compartimentos quase autocontidos, eram as sociedades locais, ao mesmo tempo, criadoras das técnicas utilizadas, organizadoras das formas de cooperação – através de normas e regras internas, nascidas, portanto, no âmbito histórico local -, comandantes dos tempos sociais internos e dos limites da sua utilização. Pode-se afirmar que havia uma harmonia sócio-espacial, pois o processo de criação de uma nova natureza era respeitoso da natureza

herdada. Produzindo-a, essas sociedades territoriais produziam, também, uma série de comportamentos, cuja razão era a preservação e a continuidade dos seus meios de vida ou de assegurar a perenidade dessas formas de organização social. Exemplo disso são o terraciamento em curvas de nível dos Incas, o pousio e a agricultura itinerante dos Maias, que constituíam, ao mesmo tempo, regras sociais e regras territoriais, tendentes a conciliar o uso e a conservação da natureza (a fertilidade natural dos solos e a reconstituição dos bosques), para que ela pudesse ser, outra vez, utilizada. Portanto, esses sistemas técnicos sem objetos técnicos, não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissociáveis em relação à natureza que, em suas operações, ajudavam a reconstituir. Desse modo, a montagem de próteses não significou que o funcionamento dos territórios astecas, incas e maias se libertou das suas feições naturais, uma vez que as técnicas de alguma forma eram herdeiras da natureza circundante ou meros prolongamentos do corpo dos seus agentes sociais.

Como foi colocado anteriormente, o algodão colorido era, também, coletado ou cultivado, para diversos fins, por várias sociedades indígenas da América do Sul e da América Central Insular, a exemplo de várias tribos brasileiras e caribenhas. A coleta era praticada no que Kayser (1969) chama de “espaços indiferenciados¹²” que, a exemplo de muitos presentes no que hoje é o território brasileiro, apresentavam as árvores do algodoeiro em abundância. O cultivo era executado em porções desses espaços, onde o desmatamento, a queimada e o uso do bastão de semear possibilitaram a prática da roça tropical itinerante, conhecida como sistema agrícola de coivara.

No tocante ao Brasil, a prática agrícola de coivara foi intensamente utilizada pelos povos tupi. Conforme aponta Ribeiro (2007), esses povos domesticaram diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para os roçados. Dentre elas, incluíam-se a mandioca, o milho, o feijão, o amendoim, o tabaco, a batata doce, o cará, a abóbora, as cabaças e cuias, as varas de flechas, a pimenta, o urucu, o caruá, o caju, o mamão, o mate, o guaraná e [diversas variedades de] algodão, [entre elas, possivelmente, as variedades de cor], entre muitas outras plantas, que lhes asseguravam fartura de alimentos durante todo o ano e uma grande variedade de materiais para o fabrico de artefatos, condimentos, venenos, pigmentos e estimulantes.

¹² O espaço indiferenciado é aquele em que o quadro natural não sofreu grandes modificações pela ação da sociedade e que ainda se apresenta subpovoado. Ver Kayser (1969) B. Tipologia do espaço geográfico no mundo subdesenvolvido. Orientação, São Paulo, n. 4, p. 25-30.

Segundo Moreira e Santos (1994), os indígenas brasileiros usavam o algodão para elaborar diversos produtos, para as mais diversas utilidades. Fabricavam, artesanalmente, com as suas fibras, redes de dormir; panos, para confeccionar vestimentas, em algumas tribos; suportes, para atar os filhos ao pescoço ou às costas das índias em viagens e fainas diárias; cordas, para amarrar os prisioneiros de guerra; estopim revestido de cera, empregado na iluminação ou para enrolar na ponta das flechas incendiárias com as quais ateavam fogo às casas de seus inimigos; fios, para prender as penas usadas nos objetos de adorno dos corpos; cintos; tiras; fitas; cordas dos arcos; tecidos, para cobrir os mortos nas cerimônias funerárias etc. Para os referidos autores (*op. cit.*, p. 10), o algodão ainda tinha, em certas tribos indígenas brasileiras, valores simbólico, medicinal e culinário. Nesse sentido, a referida malvácea se constituía num distintivo de manifestação do próprio código moral entre certas tribos indígenas, pois suas fibras eram utilizadas para preparar uma espécie de fio que servia como símbolo de indicação da castidade feminina. As folhas do algodão eram utilizadas para tratar ferimentos. As sementes serviam para preparar uma espécie de mingau utilizado em suas refeições. Entre as diversas espécies de algodão utilizadas para esses fins estavam, seguramente, as variedades coloridas.

Os supracitados autores (*op. cit.*, p. 49-50), amparados nos relatos de vários cronistas dos primórdios do período colonial brasileiro, afirmam que a prática da coleta do algodão pelos indígenas era possibilitada pela existência, em abundância, de árvores dessa malvácea em praticamente todo o nosso território atual. No que se refere ao cultivo, os índios já adotavam algumas técnicas de trato dos algodoeiros, a exemplo da poda, cuja finalidade era assegurar a exploração da planta por diversos anos. A prática da poda era executada de duas maneiras: dobrava-se a ponta da planta com a mão ou cortava-se o algodoeiro ao pé, de seis em seis meses. Os índios acreditavam que com essas operações as plantas ficavam revigoradas, aumentavam a produtividade e o tempo de vida útil. Por outro lado, os índios, nas demais fases do processo de produção e de transformação do algodão, colheita, beneficiamento, fiação e tecelagem, usavam as mãos para colher e separar a pluma das sementes, paus para fiar e teares primitivos de madeira para tecer os diversos objetos que produziam.

Assim, o algodão, incluindo o colorido, estava presente no despertar da agricultura desses povos, despertar esse que foi sinônimo de desmatamento. Entretanto, como afirmam Santos e Silveira,

(...) esse processo não significou a implantação de próteses nos lugares, mas a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença

técnica, pois ritmos e regras humanas buscavam sobrepor-se às leis naturais [a própria domesticação do algodão é um exemplo disso]. Todavia a natureza comandava, direta e indiretamente, as ações humanas. A precariedade ou a pobreza das técnicas disponíveis constituía o corpo do homem como principal agente de transformação tanto na produção como no enfrentamento das distâncias, e ainda aqui a natureza triunfa e o homem se adapta. Era um período de acomodação e morosidade na relação com o meio, pois permitia-se que a floresta voltasse a crescer durante algumas décadas, antes do plantio recomeçar num mesmo lugar (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 29).

Em conformidade com Santos (1999, p. 47), podemos deduzir que a coleta, a domesticação, os sistemas de cultivos (dependentes dos desígnios da natureza, da força humana ou de sistemas de engenharia para o controle das águas e de soluções para o cultivo em terras altas, nos casos dos Astecas, Incas e Maias), as técnicas de beneficiamento, fiação e tecelagem do algodão colorido e demais algodões e fibras (fiação e tecelagem manuais) para a utilização, em diversos fins, por essas sociedades, nesses lugares e regiões da América pré-colombiana, devido à falta de intercâmbios entre as mesmas, compunham um conjunto de soluções técnicas próprias, mas convergentes, todavia não havia simultaneidade em suas aparições, nem o surgimento desses sistemas técnicos de produção acarretava obrigatoriamente repercussões entre si ou em outros pontos da superfície da Terra. Era, assim, que se constituía a tendência universalizante das técnicas nos primórdios da história humana e nas vésperas dos impulsos da sua universalização sob o capitalismo¹³.

Esse caráter local da elaboração das soluções técnicas, da produção e dos intercâmbios correspondia a um período em que as sociedades viviam “o tempo de um mundo cuja compartimentação produzia alvéolos que [eram] quase autocontidos” (SANTOS, 2007). Portanto, um tempo no qual a criação das condições materiais e

¹³ Segundo SANTOS (1997, p. 49), na aurora da história humana, havia tantos sistemas técnicos quantos eram os lugares. A história humana é igualmente à da diminuição do número de sistemas técnicos, movimento de unificação acelerado pelo capitalismo e plenamente afirmado com a globalização. Segundo o referido autor (1999, p. 55), Leroi-Gourham, ao estudar vários sistemas técnicos de vários povos considerados primitivos, distanciados entre eles culturalmente e geograficamente, reconheceu, porém, um ar de familiaridade entre utensílios fundamentais, fato que lhe permitiu formular como hipótese a universalidade da técnica. Ver SANTOS, Milton. Técnica-espaço-tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1997 e A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

imateriais necessárias à preservação e à continuidade dos meios de vida era realizada bem ao nível da escala local. Era, no dizer de Pierre George, as escalas espaço-temporais das

(...) civilizações pré-industriais, civilizações que viviam dos recursos do meio ambiente. (...). O comércio dos recursos de base começou com o aparecimento dos Impérios: a ‘annone’ alimentava a população de Roma juntamente com o trigo do Egipto e da Tunísia (a ‘África’ de então). Mas, até à época industrial, as necessidades de todos os povos do mundo eram satisfeitas mais ou menos bem ao nível local (GEORGE, 1989).

À guisa das considerações acima tecidas, é relevante repetir que a produção e a transformação têxtil do algodão colorido nessas diferentes formas de organização social, condicionadas e condicionadoras dos diferentes estágios de antropomorfização dos pedaços de crosta da América pré-colombiana, não invalidam o fato, segundo o qual, em todas elas

(...) o funcionamento do[s] [seus] território[s] devia muito às suas feições naturais, às quais os homens e suas obras se adaptavam com pequena mediação técnica, porque então as técnicas eram de alguma forma herdeiras da natureza circundante, ou um prolongamento do corpo. Elas eram, ao mesmo tempo o resultado desse afeiçoamento do corpo à natureza, e desse comando da natureza sobre a história possível, de tal maneira que a tecnicidade a partir dos objetos fabricados além do corpo era limitada (SANTOS, *op.cit.*, p.15).

Em outras palavras, nesse continente, várias sociedades, com suas “práticas espirituais, materiais e sociais [específicas]” (SORRE, 1984, p. 101), em plena simbiose com os seus meios geográficos únicos, sem conhecer outra vida de relações, que não fosse a restrita à escala local ou regional, utilizavam as fibras das variedades de algodões naturalmente coloridos para diversos fins, inclusive no desenvolvimento de uma produção têxtil artesanal de vários produtos, principalmente os destinados às suas vestimentas. Amparando-nos, ainda, em Santos (1999), podemos afirmar que tais sociedades, mesmo considerando os seus diversos estágios de evolução material e imaterial e, conseqüentemente, as suas diversas modalidades de interferências nos seus quadros naturais, apresentavam vários “meios naturais” ou “pré-técnicos¹⁴”.

¹⁴ A idéia de considerar o período e os meios em apreço de pré-técnicos exclui uma definição restritiva. As transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas,

Por outro lado, se considerarmos, como formulou Vidal de La Blache, que tais sociedades apresentavam diversos “gêneros de vida¹⁵”, podemos assegurar que nesse continente, antes da instalação da colonização européia, o supracitado algodão estava presente na composição produtiva de sociedades que apresentavam desde os gêneros de vida simples, a exemplo dos indígenas brasileiros e caribenhos, até os gêneros de vida complexos, a exemplo dos Incas, Astecas e Maias.

Moreira (2007) assegura haver semelhança entre os dois conceitos, notadamente em três dos seus componentes essenciais: o meio, a cultura técnica e a regulação institucional. Nesse sentido, segundo o referido geógrafo, “o meio natural corresponde em Santos aos gêneros de vida, em particular aos gêneros de vida mais simples de La Blache¹⁶”.

Na montagem dos “espaços derivados” e “alienados” (SANTOS, 1996 e 1999) no continente americano, para atender às intencionalidades extrativa e agrícola dos mercantilismos espanhol e português, respectivamente, houve desinteresse pela conservação ou aperfeiçoamento das várias formas de transformação da natureza preexistentes. Na verdade, a “obra civilizadora” dos colonizadores destruiu o funcionamento harmonioso de vários meios geográficos indígenas, não houve uma reação de todos os elementos técnicos uns sobre os outros, mas uma marcada ruptura no processo de imposição de racionalidades aos lugares (SILVEIRA, *op. cit.*, 36).

Todavia, no lastro desses acontecimentos, os ameríndios, em suas formas de resistência, continuaram cultivando e produzindo têxteis do algodão colorido para o auto-abastecimento. No tocante à produção dos Incas, isso é assegurado por Enríquez (*op. cit.*, p. 22), ao afirmar que, na época colonial, o algodão colorido peruano sustentou um auto-abastecimento da produção e formas de comercialização e intercâmbio de têxteis artesanais. O mesmo aconteceu com a produção dos Astecas e Maias, que sobreviveram ao violento processo de ocupação do colonizador espanhol. Esse fato é evidenciado pela

inclusive das diversas variedades de algodão, e animais, a exemplo da lhama entre os Incas, aparece como um momento marcante: o homem mudando a natureza, impondo-lhe leis. A tudo isso, também se pode chamar de técnicas. Ver SANTOS, Milton. A natureza do espaço; técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 188.

¹⁵ O conceito de gênero de vida foi proposto por Vidal de La Blache. Segundo esse enfoque, seria por intermédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entra em relação com a natureza. Ver SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 36.

¹⁶ Para Rui Moreira, o meio natural corresponde em Santos aos gêneros de vida, em particular os gêneros de vida mais simples de La Blache. O meio técnico-científico corresponde às sociedades técnicas da primeira e da segunda revoluções industriais, pondo-se para além da época dos gêneros de vida, simples e complexos, do passado, e já traduzindo a desaparecimento destes na história. Já o meio técnico-científico-informacional designa as sociedades da fase avançada da segunda e inícios da terceira revolução industrial, isto é, as sociedades do presente. Ver Moreira (2007) Pensar e ser em geografia. São Paulo: Contexto, p. 176.

continuidade da prática dessas atividades, em pequenas frações dos territórios mexicano e guatemalteco, pelos remanescentes desses povos, até os dias atuais.

Data do século XIX os interesses da ciência em conhecer essas espécies de algodão, bem como de descobrir o seu valor econômico. Segundo Vreeland Júnior (*op. cit.*, p. 309), inúmeros cientistas e exploradores, inclusive von Humboldt, considerado o pai da Geografia Moderna, e Darwin, o formulador da teoria da evolução, entre outros, em suas viagens de pesquisa à América, interessaram-se pela singular beleza e pelo valor econômico do algodão peruano. Foram alguns desses cientistas que identificaram e descobriram, para a ciência, várias espécies do gênero *Gossypium*, a qual pertence à variedade nativa peruana.

No que se refere ao Brasil, é provável que entre as espécies de algodão cultivadas nas roças de subsistência e em fundos de quintais no período colonial, quando a produção do algodão alimentava uma rudimentar indústria têxtil, voltada para o abastecimento interno da colônia, de rudes tecidos destinados à vestimenta da escravaria e dos pobres, estivessem, também, algumas espécies coloridas. Moreira e Santos (*op. cit.*, p. 60-61), ao comentarem sobre as espécies de algodão cultivada no Brasil no século XVIII, baseados nos relatos de Arruda Câmara e Sá Bettencourt sobre as variedades plantadas na Paraíba e na Bahia, no referido período, citam a presença de espécies de cor marrom, no primeiro Estado, e caqui, no segundo.

A primeira Revolução Industrial - ocorrida na Inglaterra - na segunda metade do século XVIII, posteriormente disseminada pelo continente europeu, EUA e Japão, representou o marco de uma nova fase de internacionalização do capitalismo, portanto, de totalização do mundo. A Inglaterra, comandante desta etapa, re-hierarquizou os territórios e mudou os conteúdos da divisão territorial do trabalho para atender às necessidades de matérias-primas das suas indústrias, assegurar mercados consumidores para as suas manufaturas, principalmente, na América e na África, e prover alimentos à sua população.

Nesse contexto, a indústria têxtil mecanizada teve grande importância, constituindo-se como o principal setor industrial do período. Para suprir as suas necessidades de matérias-primas, foram montados espaços derivados em vários lugares e regiões, com a finalidade de produzir o algodão.

Este evento marcou a inserção definitiva do algodão nos circuitos produtivos do capitalismo internacional. Assim, de cultivo de subsistência, com valor de uso, ou de cultivo complementar às atividades voltadas para o mercado externo, o algodão se

converteu em cultivo comercial, com valor de troca, partícipe, como matéria-prima, da dinâmica própria desse sistema produtor de mercadorias.

A conversão do algodão em cultivo comercial voltado para o atendimento das necessidades de matérias-primas da indústria têxtil converteu-se, desde então, em um processo dialético de seletividade e marginalidade espaciais. Se, com isso, ampliaram-se as condições de escolhas e descartes de lugares e homens para o exercício da sua produção. Por outro lado, estreitou-se o processo de seletividade de espécies de algodoeiros, em favor das variedades brancas e desfavorável às coloridas.

De acordo com Vreeland Júnior (*op. cit.*, p. 310-311), no Peru, por exemplo, durante os últimos 75 anos, as normas e regulamentos agrários têm favorecido, claramente, a introdução de cultivos de algodões exóticos para a exportação, promovendo a eliminação sistemática das variedades nativas, inclusive as coloridas. Uma das razões principais, segundo esse autor, baseia-se na crença convencional de que as variedades nativas de algodão são inferiores às variedades híbridas, a maioria obtida no estrangeiro (como os algodões comerciais pima e do cerro). Estas variedades são, atualmente, intensamente cultivadas ao longo da costa, com destino a um mercado industrial determinado. Devido a sua capacidade frutífera durante todo o ano, as plantas de algodão nativo atraem insetos maléficos para as plantações do algodão industrial. Por isso, os plantadores do algodão industrial consideram o algodão nativo não só sem valor, mas uma ameaça ao cultivo das variedades comerciais. Portanto, depreende-se que o algodão nativo, cuja fibra dominante é a colorida, tem sido vítima de uma espécie de racismo econômico e industrial, cujos principais prejudicados têm sido os camponeses e artesãos da costa norte peruana.

Ainda segundo o referido autor (*op. cit.*), com o objetivo de erradicar ou limitar o cultivo das variedades de algodão nativo, o Ministério da Agricultura do Peru, há quase cinquenta anos, promulgou uma lei de saúde vegetal para todo o vale do Piura, que anos mais tarde foi estendida ao vale de Lambayeque e logo para toda a costa peruana. Essa lei ordena que os camponeses devam derrubar e queimar os caules, as folhas e as cápsulas dos seus cultivos de algodão nativo, plantas perenes, depois de cada campanha agrícola. Nesses vales, tampouco se considera G barbadense como cultivo autorizado, e, por isso, não tem direito de receber diretamente a água regulada pelo Estado.

No Brasil, o algodão colorido era considerado como uma mistura indesejável quando aparecia em meio aos campos de cultivo das variedades comerciais brancas.

Mesmo com as condições técnico-científicas possibilitadas pela instalação do meio técnico-científico nos territórios, no começo da segunda metade do século XX; segundo

Carvalho (*op. cit.*, p. 1), “(...) os algodões de fibra branca mereceram mais atenção em programas de melhoramento genético ... do que os de fibra colorida”. Para esse autor (*ibidem*), “(...) isso fez com que se acentuasse a diferença entre estes dois tipos de algodão no que se refere aos caracteres de importância econômica (...)”.

O cultivo e a produção artesanal, apesar de reprimidos pela força das normas e por não receberem a atenção dos programas de melhoramento genético para melhorar as suas características econômicas, continuaram compondo a economia doméstica de camponeses e indígenas do Peru, México e da Guatemala etc., ao longo dos anos.

No caso brasileiro, no passado, as fibras de algodão colorido eram utilizadas pelas fiadeiras e tecedeiras artesanais, para criar motivos decorativos em seus tecidos. Assim, essas variedades de algodão prestavam-se para o uso apenas artesanal ou ornamental, principalmente nos estados da Bahia e de Minas Gerais (FREIRE *et.al*, 2001).

Portanto, ao longo de todo o itinerário da sua história, o algodão colorido, nos lugares onde teve continuidade como cultivo, que alimentava formas artesanais e domésticas de produção de têxteis, manteve-se como matéria-prima com valor de uso para os seus praticantes.

Contudo, a valorização, por agentes do capitalismo, de nichos de mercado advindos da globalização da questão ambiental e da ênfase nas alteridades ou singularidades culturais, ênfase essa evidenciada com a crise dos padrões estéticos homogeneizadores da produção fordista, abriu as possibilidades para a valorização, pelo mercado, do algodão colorido.

Os têxteis do algodão naturalmente colorido, por dispensar o tingimento químico e por ser usado para a produção de confecções que trazem as singularidades culturais dos seus produtores, têm sido bastante procurados por ambientalistas, turistas etc. Em vista disso, indústrias de confeccionados, lojas, grandes redes de supermercados (Wal Mart, por exemplo), cooperativas capitalistas de confecções e lojas etc, têm se interessado pela produção dessas variedades de algodão no Peru, México, Guatemala, Brasil, China, EUA, Austrália, etc.

Porém, em virtude dos objetivos estabelecidos para esse ensaio – a análise do cultivo e da produção de têxteis do algodão colorido em arranjos socioespaciais pretéritos - o contexto atual do cultivo, da produção de têxteis e confecções do algodão colorido, da comercialização dessa produção etc., fica adiado para o próximo ensaio.

2. REFERÊNCIAS

BELTRÃO, N. E. de M. 2004. O algodão colorido no Brasil e no mundo. In: _____; ARAÚJO, Alderi Emílio de. **Algodão: o produtor pergunta, a Embrapa responde**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

_____; CARVALHO, L.P. de. 2004. **Algodão colorido no Brasil, e em particular no Nordeste e no Estado da Paraíba**. Campina Grande: EMBRAPA/CNPA, (Documentos; 128).

BIO-PIRATERIA. 1993. La história de los algodones de pigmentación natural em las Américas. In: **Rafi Communique**, nov. 6 p. Disponível em <http://www.rafi/espanol/e19935>. Acesso em 22/02/2008.

CARDOSO, C.F.S. 1982. **América pré-colombiana**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, (Tudo é história; 16).

CARVALHO, L.P. de. Algodão de fibra colorida no Brasil. In: **V CONGRESSO BRASILEIRO DE ALGODÃO**. Disponível em chpd@cnpa.embrapa.br. Acesso em 22/02/2008.

COLOMBO, C. **Diários da descoberta das Américas: as quatro viagens e o testamento**. Tradução de Milton Person. Porto Alegre: L&PM, 1998. (Col. L&PM Pocket).

DÄNIKEN, E. von. 1968..**Eram os deuses astronautas?** Enigmas indecifrados do passado. Tradução de E. G. Kalmus. São Paulo: Círculo do Livro.

DERRUAU, M. 1973. **Geografia Humana II**. Tradução de Arlindo Mota. Lisboa: Editora Presença.

ENRÍQUEZ, S.C. El algodón “país” um cultivo milenario peruano. In: **América Indígena**, Cidade do México, vol. 61, n. 2, p. 21-34, abr./jun. 2005.

FREIRE, E.C. et al. 2001. BRS 200 marrom: cultivar de algodão de fibra colorida para uso por agricultores familiares no Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALGODÃO, 3, Campo Grande, 2001. **Anais...** Campo Grande-MS, p. 765-769.

GEORGE, P. 1993. **O homem na Terra**. A geografia em ação. Lisboa: Edições 70.

KAYSER, B. 1969. Tipologia do espaço geográfico no mundo subdesenvolvido. In: **Orientação**, São Paulo, n. 4, p. 25-30.

MARX, K; ENGELS, F. 1999. **A ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, (Pensamento socialista; 12).

MOREIRA, J. de A.N.; SANTOS, R.F. dos. 1994. **Origens, crescimento e progressos na cotonicultura do Brasil**. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA; Brasília: EMBRAPA-SPI,

MOREIRA, R. 2007. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto.

RIBEIRO, D. 1998. **O processo civilizatório**. Estudos de antropologia da civilização: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 2007. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, M. 1996. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. Tradução de Sandra Lencioni. 4. ed. São Paulo:Hucitec.

_____. 1997a. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. 1997b. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, (Coleção espaços).

_____. 1998. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 4. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. 1999. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. 2002. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da USP. (Coleção Milton Santos; 2).

_____. 2007. O dinheiro e o território. In:_____; et al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina.

_____; SILVEIRA, M.L. 2001. **Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record.

SILVEIRA, M.L. 1999. **Um país, uma região:** fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP; LOBOPLAN-USP.

SORRE, M. 1984. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, Januário Francisco (org.). **Max Sorre.** São Paulo: Ática.

SOUZA, M.C.M. de. 2000. Produção de algodão orgânico colorido: possibilidades e limitações. In: **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 6, p. 91-99, jun.

VREELAND JÚNIOR, J.M. 1999. The revival of colored cotton. In: **Scientific American**, New York, v. 280, n. 4, p. 112-18-118, Abr.

_____. Recuperando el algodón nativo: una tecnología nativa para la agricultura del desierto peruano. Disponível em <http://www..sepia.org.pe/apc>. Acesso em 22/02/2008.